

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

## 'Flexissecuridade' e Estado social

DESDE OS anos 1980, está em discussão a crise do Estado social, porém o que está ocorrendo não é propriamente crise, mas transformação. De um lado, a decisão da Nokia de transferir para a Romênia uma fábrica que empregava 3.000 pessoas na Alemanha e as reformas trabalhistas que os países europeus realizaram para baratear sua força de trabalho e evitar deslocalizações desse tipo mostram que o Estado social está sendo desafiado. De outro lado, porém, o aumento da carga tributária nos países europeus mais avançados, principalmente no Reino Unido, para financiar o aumento dos gastos sociais do Estado, especialmente nas áreas da saúde, da educação e da previdência, significa que o Estado social está se fortalecendo.

O nome dessa mudança aparentemente paradoxal foi dado pelos países escandinavos, sabidamente os países que melhor lograram combinar o desenvolvimento eco-

nômico capitalista com o atendimento das demandas socialistas de maior igualdade ou justiça social. Chama-se "flexissecuridade" e se define por uma redução dos direitos trabalhistas, particularmente dos obstáculos à demissão de pessoal, combinada com um aumento compensatório da segurança do trabalhador e de seus salários indiretos por meio do aumento da carga tributária e dos gastos sociais.

A onda ideológica neoliberal dos últimos 30 anos tinha como objetivo a volta ao Estado liberal — a uma forma de Estado que não assegurava direitos trabalhistas nem fornecia serviços sociais gratuitos a toda a população. A tentativa fracassou no segundo ponto, já que o tama-

**O que está ocorrendo desde os anos 1980 não é propriamente crise do Estado social, mas transformação**

nho do Estado medido em termos de carga tributária em relação ao PIB aumentou, ao invés de diminuir; e só foi bem-sucedida no primeiro porque as condições da concorrência internacional vêm obrigando os países ricos a flexibilizar os salários diretos. Por meio da flexibilização, esses países aumentam sua competitividade internacional e diminuem as taxas de desemprego. Mas, em compensação, adotam políticas que aumentam o tempo do

seguro-desemprego, e, mais amplamente, todos os serviços sociais e científicos, tornando gratuita ou quase a saúde pública, a educação e os demais gastos voltados para o consumo coletivo e igualitário. Um governo na Europa estará mais à direita ou à esquerda à medida que essa compensação for menor ou maior.

Entre os países ricos, a "flexissecuridade" ocorreu principalmente nos europeus porque tinham um Estado social a defender. Nos Estados Unidos, não havia muito a reduzir em termos de direitos trabalhistas e não houve aumento da despesa social. No Brasil, ainda que tenhamos desde os anos 1940 um razoável índice de proteção ao traba-

lho (melhor do que nos Estados Unidos), não houve redução dos direitos trabalhistas, porque os salários aqui crescem no médio prazo menos do que a produtividade devido às migrações internas que implicam uma oferta ilimitada de trabalho. As migrações internas aqui fazem o papel da imigração nos países ricos. Os gastos sociais, por sua vez, não baixaram; pelo contrário, aumentaram, porque a construção do Estado social por meio do aumento dos gastos sociais foi a forma acordada na transição democrática para corrigir em parte os baixos salários e a distribuição desigual da renda existente no país. Aqui, como na Europa, o Estado social é uma conquista democrática.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 73, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda, da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, é autor de "Macroeconomia da Estagnação: Crítica da Ortodoxia Convencional no Brasil pós-1994".  
Internet: [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br)

[lbresser@uol.com.br](mailto:lbresser@uol.com.br)